

RELANÇAR O ENSINO PROFISSIONAL, TRINTA ANOS DEPOIS.

Joaquim Azevedo

*Investigador no Centro de Estudos do Desenvolvimento Humano (UCP)
e professor catedrático na Universidade Católica*

*“Passamos pelas coisas sem as ver,
gastos como animais envelhecidos;
se alguém chama por nós não respondemos,
se alguém nos pede amor não estremeçemos;
como frutos de sombra sem sabor
vamos caindo ao chão apodrecidos”.*

Eugénio de Andrade

Retomo e amplio aqui uma reflexão que me parece da maior atualidade: o futuro do ensino profissional e das escolas profissionais. São sete pontos de enquadramento e dez propostas para essa refundação do ensino profissional, como segmento de vanguarda na inovação educacional em Portugal.

1. O mundo mudou muito nestes trinta anos, desde que iniciámos o lançamento do ensino profissional. E as próprias mudanças aceleraram muito.

Anoto muito brevemente alguns traços destas mudanças: verifica-se uma aceleração do tempo e uma rarefação dos espaços tradicionais, com uma intensa comunicação à escala global, que atravessa países e continentes, economias e culturas, dando primazia à imposição implícita e explícita de modelos

culturais dominantes; assiste-se a uma hiperexperimentação e uma hiperestimulação contínuas, que incidem sobretudo sobre as crianças e os jovens “nativos digitais” e que dificultam imenso o encontro de cada um consigo mesmo e com um mínimo de silêncio e de distanciamento crítico face ao quotidiano; cultiva-se uma grande superficialidade nas relações (a “sociedade líquida” de que fala Bauman) e o espetáculo e a “pós-verdade” tomam o lugar do cuidado interpessoal e do culto da profundidade e da verdade; os cidadãos são chamados ao consumo desenfreado (e à deceção contínua, como diz Lipovetsky), o que se traduz em mais e mais apatia e passividade; há mais fechamento dos pequenos grupos de “amigos” sobre si mesmos, em pequenas ilhas e “comunidades de mesmidade” (de novo Bauman), em que o longe está cada vez mais perto, mas o mais perto e os seus problemas estão também mais longe; o desemprego estrutural, com o crescimento da robótica e da inteligência artificial, não vai parar de aumentar e poderá afetar uma parte permanente e muito significativa da população jovem; cresce a insegurança na Europa, o medo e a angústia diante do futuro são aproveitados por líderes políticos pouco preparados para este tempo; as desigualdades no mundo aumentam e os pobres estão despojados das oportunidades, que se concentram nas mãos de cada vez menos; as famílias, na sua grande maioria, têm um filho ou nenhum, sentem-se desorientadas quanto ao rumo a dar à educação dos seus filhos e têm um poder de ação muito limitado dentro da educação escolar; nas escolas, a nova palavra-chave é a indisciplina, que mais não é que uma manifestação desnorteada de um imenso mal estar, que continua a ser tratado de modo uniformizador e rígido.

Claro que as oportunidades que a sociedade da informação e que a proliferação da inteligência artificial e da robótica nos trazem são imensas e muitas delas estão a ser muito bem aproveitadas, seja para combater as doenças seja para melhorar as condições de vida.

Serve esta breve síntese (que não nos apresenta toda a realidade, mas uma parte daquilo que nos interpela mais profundamente, do ponto de vista cultural) para nos colocar diante de uma realidade que não vale a pena escamotear e que interfere profundamente com o campo da educação, seja familiar seja escolar.

2. Ao mesmo tempo, vivemos numa sociedade em que se instalou uma aceleração das mudanças do mundo trabalho e do emprego, em que a inteligência artificial, a automação, a robótica e a nanotecnologia contribuem tanto para a criação como para a supressão de muitos milhões de empregos, gerando um saldo negativo, um tempo em que a precariedade aumenta e as vinculações

parece volatilizarem-se, em que cresce o número de jovens muito escolarizados em situação de “NemNem”: nem trabalham, nem estudam, nem estão em formação, nem são devidamente acompanhados por alguém.

Ao mesmo tempo, instituições laborais, empresas e demais organizações e serviços deixam cada vez mais claro que as chamadas *soft skills* estão na primeira linha das exigências à entrada nos mercados de trabalho: (i) Comunicação - saber escutar/escuta ativa, saber explicar, saber expressar-se, saber apresentar, saber questionar e argumentar, saber usar diferentes meios para comunicar; (ii) Confiança e empreendimento - autoestima, autonomia, autoconfiança, capacidade para construir/projetar a sua vida, saber idealizar, saber gerir o silêncio; (iii) Planeamento e resolução de problemas - identificar problemas e saber pensar sobre eles, saber organizar, planejar, aprender a pesquisar, analisar, pensar criticamente, saber tomar decisões, saber avaliar; (iv) Relacionamento com os outros - colaborar, fazer equipa, respeitar o diferente, estabelecer relações positivas, saber gerir conflitos, empatia, ter e cumprir horários, respeito para com os professores, ser solidário; (v) Criatividade - Imaginar diferentes maneiras de fazer as coisas; aprender em novos contextos, empreender, inovar e criar, estar aberto a novas ideias; (vi) Resiliência e determinação - autodisciplina, saber reagir à pressão, auto motivação, concentração, ser persistente, saber fazer e manter propósitos, autocontrolo, saber lidar com a frustração; (vii) Gestão das emoções - autoavaliação, autoaceitação, ser capaz de refletir, expressar sentimentos adequados às diversas situações, saber cumprir compromissos assumidos; (viii) Saúde e higiene - alimentar-se adequadamente, ter hábitos de higiene, saber apresentar-se, conhecer comportamentos de risco e suas consequências...

Estas competências interrelacionam-se: o crescimento em algumas dimensões arrasta o desenvolvimento de outras; ao contrário, suprimir ou desvalorizar algumas pode suprimir outras; os jovens devem poder aceder a "capabilidades" que lhes abram verdadeiramente a porta para aceder a oportunidades que eles não anteveem.

Se os sistemas educativos continuam a produzir pessoas uniformes, normalizadas, habituadas às rotinas e à passividade, que valor acrescentam as escolas nas sociedades em que tudo o que está codificado e padronizado passou a estar em máquinas que incansavelmente e 365 dias e noites por ano armazenam e reproduzem o que é exigido? De onde brotará a autonomia, a curiosidade, a criatividade, a cooperação, a resiliência e a solidariedade de que tanto precisamos?

Desde os anos noventa do século passado que esta situação bizarra ocorre: por um lado, os mercados de trabalho mais evoluídos requerem um certo perfil de qualificações e de cidadãos e, por outro, os

sistemas de ensino e formação inicial preparam outro, o de sempre, como que incapazes da mais simples atitude de escuta.

As competências que hoje se procuram são mais transversais, abarcando vários domínios disciplinares, são mais multidimensionais, pois englobam ao mesmo tempo saberes, atitudes e valores, e são mais exigentes ao requererem uma capacidade de responder a problemas novos e a novos desafios, em cada momento.

Se os professores permanecerem como os grandes transmissores do conhecimento codificado, haverá em breve robôs humanoides (como a Sophie) que o farão melhor, sem falhas, sempre com boa vontade e entusiasmo, incansáveis, sem “burnout”, 365 dias por ano.

3. Ao mesmo tempo, aquilo a que temos assistido no campo da educação escolar, e não é apenas entre nós, é a uma progressiva normalização da educação, com destaque para a subordinação da educação às classificações e aos exames internos e externos, a par de uma grave redução axiológica e antropológica. Tudo tem de ser feito a correr, num contrarrelógio extenuante, para alunos e para professores, os programas prescritos e impostos às escolas são muito extensos, as teias burocráticas enleiam e asfixiam grande parte das potencialidades educativas das escolas, a par de uma hiperestimulação muito atrativa a que cada aluno está sujeito, fora de cada período de 60 ou 90 minutos de aulas...

O desinteresse e a desmotivação ampliam-se, basta parar um pouco e escutar os alunos (o que não se faz, como regra, pois são tomados apenas como objetos de ensino). A indisciplina cresce por todo o lado e tem vindo a situar-se em anos de escolaridade cada vez mais próximos do 1º ciclo. Os docentes portugueses são bastante idosos e cerca de 30% dizem-se desmotivados, exaustos e com desejo de abandonar a profissão¹.

Por isso cresce também, ao mesmo tempo, a insatisfação com este rumo das políticas de educação. Em tempos de transição cultural como o que vivemos é difícil discernir os caminhos certos. Os líderes políticos, demasiado envolvidos nesta trama e capturados por interesses económicos e financeiros poderosos, não apontam para caminhos realmente novos, mas sobretudo para “fugas para a frente”, administrando o medo, mais do que encaminhando segundo a esperança. Existe muita desorientação e

¹ *As motivações e preocupações dos professores. Apresentação dos resultados de um inquérito.* Fundação Manuel Leão, 2016 (ou em joaquimazevedo.com).

esta é má conselheira na hora em que é preciso suportar mudanças sérias e que requerem uma boa dose de risco.

4. Começa a ser cada vez mais claro que temos de mudar a escola de hoje e que as escolas do futuro têm de ser instituições profundamente renovadas na sua missão, no seu quotidiano e na sua organização. Mas, para tal, falta-nos quase tudo. Falta-nos, sobretudo, começar por enunciar um novo horizonte, abrir brechas, caminhar com um sentido renovado de missão, orientados por valores que desejamos profundamente, de mãos dadas entre todos os educadores e todas as instituições educativas, sem medo.

Existem também muitas famílias desencantadas com estes rumos da educação escolar e com os impasses a que assistimos. Além disso, muitas delas sentem-se também relegadas para um plano completamente secundário, na hora de se determinarem as novas orientações para a educação escolar, no início deste novo século e em tempos de mudança tão acelerada.

Por isso, insistir num modelo organizacional e curricular inflexível não serve. Um modelo pedagógico apenas centrado sobre a preparação de alunos para testes e exames é muito pobre, porque profundamente normalizador da diversidade cultural e da riqueza humana. Alunos passivos e treinados a aceder e a utilizar os conhecimentos fragmentados e estanques não servem o presente e muito menos o futuro, quando o que as organizações políticas, sociais e económicas pedem, hoje, aos cidadãos é que revelem a sua capacidade de iniciativa, de criatividade, de empreendimento, de cooperação e solidariedade.

Há uma elevada percentagem de alunos que não suporta este modelo curricular rígido e monolítico, repetitivo e assente na segura normalizadora e disciplinadora, que lhes pede sobretudo que estejam sentados e passivos, que não estimula a atenção e a concentração, que não incentiva o estudo e a pesquisa, nem desenvolve o pensamento crítico, tão decisivo no mundo em que vivemos e, sobretudo, no mundo que queremos.

5. A escola tem de prosseguir o seu esforço para acolher e educar todos os cidadãos, imersos hoje num mundo tecnológico que os desafia e lhes abre imensas oportunidades, mas também os atola na desconcentração e na desorientação. Sabemos que só uma profunda capacidade de atenção e

concentração permitem a cada um perceber o mundo em que vive e descobrir-se a si e aos outros, para ser capaz de viver bem, em comum e em paz.

Mas, como pode hoje a escola responder a este repto? Um modelo organizacional e curricular inflexível não serve. Um modelo pedagógico apenas centrado sobre o programa e a preparação de alunos para testes e exames é muito pobre e dificilmente justifica o tanto que o sistema educativo custa ao país, ou seja, a todos nós. Transmitir o que é fácil e claro, as tecnologias fazem-no cada vez mais eficazmente. Alunos passivos e treinados a aceder e utilizar os conhecimentos fragmentados e estanques não servem o presente e muito menos o futuro, principalmente quando as organizações políticas, sociais e económicas pedem, hoje, aos cidadãos capacidade de iniciativa, de criatividade, de empreendimento, de cooperação e de solidariedade (basta ler os relatórios das organizações internacionais e de muita investigação²).

O mundo está mais complexo e há orientações políticas no campo da educação que o procuram simplificar e reduzir a um esquema liofilizado de conhecimentos, competências e valores, a uma segura antropológica e axiológica devastadora.

Dias de Figueiredo perguntava muito recentemente, num *post*, na Internet: “Onde estarão as competências culturais e transdisciplinares superiores capazes de dar sentido humano aos resultados debitados mecanicamente pelas análises maciças de dados? Quem será capaz de vigiar os erros e preconceitos que alimentam essas análises e que estão, muitas vezes, na base da concepção dos algoritmos? Ou conseguimos formar cidadãos com a dimensão cultural, social, filosófica, ética, histórica, política, estética, artística necessária para humanizar a tomada de decisão e gritar que *o robô vai nu*, ou arriscamo-nos a assistir, ainda neste século, a grandes tragédias”.

6. O ensino profissional foi uma grande onda de ar fresco que invadiu a educação no fim dos anos 80, em Portugal. O seu perfil inovador foi por todos reconhecido e o seu sucesso, ao longo de décadas, levado às costas por muitas dezenas de instituições da sociedade civil portuguesa e apoiado por sucessivas

² Anoto, a título de exemplo, relatórios como o “Grit” ou o “A Framework of outcomes for young people” (2012), ambos da Young Foundation (2004), o documento “10 skills you need to thrive in the fourth industrial revolution” do World Economic Forum, ou o estudo de Wagner, T. (2010). *The global achievement gap*, da Basic Books, “Future of jobs report”, do World Economic Forum, além de vários documentos do Cedefop e da Comissão Europeia.

lideranças políticas, fez com que o seu tipo de cursos fosse alargado à rede das escolas secundárias de todo o país. Hoje, o ensino profissional é escolhido por 37% dos jovens (há cerca de 44% dos jovens que estudam após o 9º ano em áreas profissionais e artísticas). Muitos outros traços de inovação das escolas profissionais estão ainda longe de serem aproveitados pelo sistema nacional de educação e pelas políticas públicas.

Este relativo sucesso, alcançado por vezes com medidas de política muito questionáveis, como a do alargamento rápido e incontrolado destes cursos às escolas secundárias, fez com que o modelo inovador de ensino profissional fosse perdendo a sua aura de esperança e de entusiasmo quotidiano, encaminhou-o para o seio de um modelo escolar (inadequadamente dito “regular”) que não tem sabido renovar-se conforme o mundo de hoje o está a requerer. Este encaminhamento tem de ser pensado também como uma forma de aprisionamento (do que era e é “irregular” e assim deve continuar a ser). E isto tem evidentes custos; hoje, na hora de pensarmos o futuro do ensino profissional, temos de ter isto em boa conta.

É muito claro para mim que, trinta anos depois, temos de dar um outro salto qualitativo no ensino profissional, começando por apoiar muitos esforços e dinâmicas inovadoras que já existem nas escolas profissionais e nas escolas secundárias; temos de sonhar um novo ensino profissional que seja desejado pelos jovens, amado pelos professores, apoiado pelos pais e acarinhado pelas comunidades locais e empresas.

Entretanto, o mundo mudou muito, como disse acima, e esta geração que hoje chega ao ensino profissional precisa de uma outra escola, de outros cursos e de outras oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. O pior que nos pode acontecer é ficarmos parados a admirar o edifício construído durante quase trinta anos e com tanto esforço de tantos.

Na verdade, fizemos o que tinha de ser feito, nada mais. E como tudo mudou muito, o ensino profissional também tem de mudar muito.

7. A idolatria sempre foi uma das maiores mós do mundo que, atada ao nosso corpo, nos puxa para o fundo. É preciso percebermos, em primeiro lugar, que estamos sempre a caminho e que este caminho temos de o fazer comprometidos com as novas gerações que chegam à educação e à formação e não comprometidos com catálogos nacionais, decretos-lei, normas instituídas, modelos certificados,

práticas rotineiras instituídas, ou seja, com o esplendor do passado. Tudo isto é importante, mas bem mais importante é escutar a realidade de hoje, escutando com atenção os sinais dos novos tempos para perceber, com liberdade, o que nos é pedido, hoje, como instituições de educação e formação dos jovens.

Temos, pois, de nos colocar a caminho de uma profunda mudança. Se o mundo está a mudar tanto, e tão depressa, porque é que a educação não muda também? Se com estas mudanças socioculturais surgem tantos desafios novos, porque é que a educação não os equaciona? As consequências deste desajustamento não se irão manifestar na perda progressiva da qualidade da educação?

Mas não podemos mudar de qualquer modo. Estamos a falar de um petroleiro gigantesco que tem de mudar o rumo, enquanto navega.

Alinho dez elementos orientadores, que vão muito de encontro ao sonho e ao saber fazer de muitos.

i. Novo horizonte

Sabendo que o peso do passado é imenso e que a inovação percorre sempre um trilho complexo e tenso, é irrecusável renovarmos a dose de sonho, de perseverança e de confiança.

Precisamos de uma bússola, de uma nova orientação global. E esse é o primeiro elemento em falta. Juntos temos de o construir e de o inscrever na realidade social e política (as propostas políticas que existem em cima da mesa para o eleitorado escolher são, infelizmente, muitíssimo pobres quanto à mudança do paradigma educacional).

Pés na terra, mas olhos bem levantados (pelo menos uma vez ao dia), para enxergar o horizonte esperado e beber a sua inspiração.

Nos pontos seguintes vou anotando alguns dos elementos que poderiam integrar esse novo horizonte do ensino profissional.

ii. A inovação existe

A inovação que já está no terreno do ensino profissional tem de ser inventariada, conhecida, debatida, incentivada e melhorada, no horizonte de um projeto gradualmente comum, de curto e de médio prazo, com novas atividades e com novas metas.

Se não valorizamos o caminho de inovação já percorrido, queimamos uma etapa fundamental, a do reconhecimento. Vamos conhecer e sistematizar melhor o quanto já se faz e muito bem.

iii. Alunos mais protagonistas

Todos são protagonistas do processo educativo, educadores e alunos, mas também famílias, profissionais de apoio e funcionários escolares e ainda os agentes sociais da comunidade envolvente.

Dito isto, que é importante para desfazer equívocos quanto à eleição dos protagonistas, o principal foco tem de passar a ser o aluno, cada aluno, pois só assim se respeita o princípio fundamental de que cada aluno é o centro, não da escola, mas do processo de aprendizagem, que é o núcleo da missão da escola.

Não é o programa (e é quase sempre ele o centro de tudo, uma desgraça que se normalizou), não é o professor (e quantas vezes é ele o único agente ativo da sala de aula e quantas vezes a predominante finalidade da escola é o ensino!), é mesmo cada aluno que aprende. Ninguém aprende por ninguém, como sugeria Paulo Freire, quando dizia que ninguém educa ninguém.

E se a finalidade da escola e do curso profissional é mesmo a aprendizagem de todos e de cada aluno... ah, como as coisas têm mesmo de mudar! Colocar o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem obriga a mudar muito a gestão do currículo e, com esta mudança, reconstruir o quotidiano escolar. Aprender e melhorar este outro modo de gerir o currículo é um desafio imenso, mas é essencial e trará uma alegria imensa e renovada ao quotidiano escolar.

iv. Matar a sede

Recuso a secura antropológica e axiológica da educação e das escolas, pois quanto mais ela cresce, mais define toda a capacidade humana para nos pensarmos a nós mesmos e ao mundo que criamos. Liofilizar a educação e a formação em torno de exames, como tem acontecido entre nós, normalizar

mais e mais o ensino e as aprendizagens, tornando igual o que é diferente, com o pretexto de que é preciso assegurar equivalências, tudo isso tem como consequência uma secura humana dos nossos cursos, uma secura e uma pretensa neutralidade que se estão a revelar culturalmente desastrosas.

Tenho visitado escolas profissionais e escolas secundárias onde já estão bem visíveis os efeitos desta secura humana. Há muita poeira de desorientação no ar e vale mais ou menos tudo, deixou de haver rumo, vagueia-se. Faz-se isto ou aquilo, o que quiserem que se faça. A tutela, tutela, normaliza, dificulta a autonomia, asfixia financeiramente as instituições. E serve de excelente justificação para aqueles que não sabem o que querem nem se reorientam.

É esta falta de autonomia que mais me preocupa: a de não sabermos seguir um rumo por nós definido, em cada instituição e contexto sociocomunitário. E para quem assim age, não vai haver nunca ventos favoráveis.

Uma das formas de perceber este deserto que avança é sentir a falta de tempo para tudo, a ausência de paz e serenidade, a falta de silêncio, concentração e atenção; é perceber a falta de alegria, de empenhamento e de entusiasmo nas atividades escolares; é sentir uma sede, que a mim me cega, que vem direitinha dos olhos dos alunos e dos professores, tão desorientados e descrentes, tão ansiosos por percorrer um outro caminho; é perceber aquela vã alegria que irrompe porque se diplomaram muitos jovens, sem que haja qualquer ideia sobre se os diplomámos como boas pessoas; é ver o insucesso a crescer nos cursos profissionais, onde ninguém deveria reprovar, o que me entristece profundamente, e as escolas a argumentarem que, agora, os jovens estão mal preparados e não se interessam pelo seu futuro; é perceber que não há tempo para a escuta do mundo de hoje, das suas graças e desgraças, de modo a maximizar as graças e assim impedir o progresso das desgraças.

Não se ouvem os jovens alunos, o que terá consequências cada vez mais desastrosas.

Eu pergunto-me, diante desta secura e deste desejo de água fresca: O que levam estes jovens para o futuro, no seu coração?

v. Formar boas pessoas sendo profissionais competentes

Se há aposta a fazer, sem qualquer equívoco ou hesitação, é na formação de jovens competentes, sim, sem qualquer dúvida, mas ao mesmo tempo (e não colado como um *post-it*), pessoas conscientes,

peessoas com identidade própria, com um projeto de vida pessoal baseado na sua vocação e no sentido de compromisso com os outros, com a comunidade; pessoas flexíveis e abertas à mudança; pessoas autónomas e pró-ativas, o que implica que haja, em tudo o que se faz, esta intencionalidade educativa; pessoas multiculturais, globais e que falem vários idiomas, que saibam comunicar bem com os outros e os diferentes; pessoas com pensamento crítico, essa competência-chave do futuro (e sabemos como é que isso se educa?); pessoas capazes de trabalhar colaborativamente e em rede; pessoas com vida interior, capazes de compreender e de conduzir a sua própria vida e nela integrar a realidade complexa em que vivemos, reconhecendo aí o que nos impulsiona a crescer e a servir (pois se os jovens de hoje não aprendem a encontrar-se consigo, como e quando é que se encontrarão com os outros, sobretudo com os que mais precisam desses encontros?); pessoas de carácter e comprometidas com o bem comum.

Na verdade, ou as pessoas que diplomamos são pessoas eticamente fortalecidas ou o poder, neste mundo, vai continuar a estar em boa parte dominado, como hoje, em Portugal e não só, por gente tecnicamente muito competente, sim, e igualmente muito corrupta e que se serve do poder em proveito próprio e das suas seitas secretas.

Diplomar conscientemente pessoas assim, como acabei de descrever, implica que o currículo o exija e promova, de modo muito claro e concreto, com atividades específicas que promovam estas competências e estes valores e que a avaliação se altere de modo a que o verifique. Por isso é que tem de mudar a educação e não apenas os planos de estudo, como o tem feito a nossa “cana agitada pelo vento” chamada Ministério da Educação. Estamos prontos para isto? Queremos levar este sonho nas pontas dos dedos? Pois é só isso que é preciso fazer e, felizmente, existe muita competência nas nossas escolas para chegarmos a alcançar este sonho.

vi. Aprendizagem baseada em projetos e problemas

O ensino tem de ser motivador e devemos deixar cair essa desculpa esfarrapada de que os jovens de hoje estão desmotivados. Como se a motivação tivesse de vir de casa, na mochila, e não fosse um trabalho da escola. Como se às desigualdades sociais e culturais a escola ainda adicionasse, para desgraça dos mais pobres, as desigualdades de “acesso motivacional” diário à sala de aula.

Motivar, hoje, tem de passar por respeitar valiosos contributos das neurociências, que tanto evoluíram nestes trinta anos: todos temos múltiplas dimensões da inteligência que devem ser estimuladas em contexto de ensino e aprendizagem, certos de que cada pessoa as possui de modo diverso, as desenvolve de modo diferenciado, certos de que elas interatuam em cada pessoa e devem ser constantemente mobilizadas, todas e não apenas duas ou três como a inteligência verbo-linguística ou a lógico-matemática, certos de que conhecendo e valorizando melhor as várias dimensões da inteligência dos nossos alunos, o processo de ensino e aprendizagem se vai enriquecer imenso e o desenvolvimento humano de cada aluno desabrocha à nossa frente.

Motivar, hoje, em que o conhecimento codificado está todo ele disponível em plataformas digitais e em máquinas artificialmente inteligentes, implica contextualizar, ligar no mesmo processo e ao mesmo tempo, os conteúdos, as competências, as atitudes e os valores e ligar este processo global aos contextos de vida, à ação, às experiências.

A Aprendizagem baseada em Projetos (AbP) e em problemas, resultante de um labor multi e interdisciplinar, que transporta um modo transversal e vertical de olhar o currículo e que requer e promove um trabalho colaborativo intenso, constitui uma metodologia que representa um bom ponto de apoio para alavancar esta escola motivadora que desejamos. A AbP valoriza as sugestões dos jovens e apela à iniciativa e criatividade dos professores.

Já com uma muito boa aplicação no ensino profissional em Portugal, mormente em “Projetos Integradores”, a AbP e em problemas (que podem ser problemas da comunidade, como já se faz em escolas profissionais e em escolas secundárias) pode e deve crescer bem e depressa, com uma cuidada formação dos formadores, com boa formação prática e com muita partilha de experiências. Devemos transformar em AbP uma parte cada vez maior do “programa curricular” (30-40-60% de todo o currículo?). É a nossa capacidade de gestão autónoma, livre e responsável do currículo que está em questão.

vii. Quebrar a rigidez do modelo escolar atual

Assim, não há como manter a rigidez atual do modelo escolar, rigidez a que as escolas profissionais sempre quiseram fugir, desde a sua criação, mas a que hoje se sentem mais aprisionadas que nunca.

Vamos mesmo ter de abandonar, gradual e determinadamente, o modelo de ensino do século XIX e XX, ultrapassando: a rigidez das disciplinas estanques, criando os projetos integradores e contextualizados, cruzando saberes e competências em ordem à sua aplicação nos mais diversos problemas e situações; a rigidez do grupo turma, criando grupos bem maiores e bem mais pequenos, com flexibilidade e em função das atividades concretas e das aprendizagens em curso; a rigidez da avaliação, que é quase sempre mera classificação, de uma pobreza extrema, quando existem tantas modalidades e instrumentos que nos podem ajudar a promover o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de cada jovem, desde a autoavaliação à coavaliação, desde o portefólio até aos diários de bordo; a rigidez dos horários, tristemente segmentados e sempre iguais; a rigidez das cadeiras e das mesas, que não se mexem, porque todos têm de estar sentados, passivamente, a olhar e ouvir o professor, mesmo que os alunos não estejam ali; a rigidez das salas de aula, que devem passar a ser amplas salas de trabalho, dos tais grandes e pequenos grupos, aptas para atividades múltiplas, seja de apresentação de uma unidade curricular, um tema ou projeto, seja de pesquisa, individual ou em grupos, seja de apresentação dos produtos finais, salas alegres e ambientes criativos e colaborativos...

Bem! É mesmo desta mudança de fundo que estamos a falar. Se querem ficar no cais a ver os barcos do conhecimento e do desenvolvimento humano a partir, e vós ali sentados, com os jovens presos à vossa rigidez e à vossa disciplina, amarrados às vossas próprias prisões, pois fiquem... que eles, estando obrigados a permanecer ali, não estarão convosco.

Mas, não! Eu sei que não vamos ficar parados no cais, a ver os barcos partir, pois a missão do professor e do educador é criar condições para que sejam os jovens a partir para uma vida plena e digna! E muitos estão a partir nesses barcos, no meio de uma tempestade, com os instrumentos de navegação quase todos obsoletos e avariados, mas não desistem... e acreditam.

viii. Ambientes positivos de aprendizagem e desenvolvimento

Tudo isto implica também gerar ambientes escolares positivos, de muito entusiasmo para aprender e crescer, de muito incentivo mútuo, de professores, de alunos e de pais, de autarcas e de outras instituições sociais locais. Eu sei do que falo e do que vejo por todo o país. Quando os ambientes escolares são focados no incentivo a cada um dos jovens, no feedback permanente, cuidadoso e positivo, no trabalho árduo e não na passividade, toda a vida das instituições muda, mudando também a nossa própria forma de ser profissionais, alunos e pais.

Os jovens devem participar muito mais na vida das escolas, com capacidade de reflexão e ação, em instâncias formais e informais de debate, na ponderação de problemas da escola e da comunidade e na elaboração de propostas e das próprias regras de convivência. Se eles não participam mais ativamente na vida das escolas, como podemos esperar que, amanhã, sejam cidadãos participativos na comunidade? É muito simples: se plantarmos batatas, não podemos querer colher papoilas!

ix. Capacitar de novo os professores

Temos também de apoiar os nossos educadores em cada momento, acompanhando, formando e incentivando o desenvolvimento de percursos de vida e de itinerários profissionais seguros e voltados sobre a melhoria permanente de um serviço prestado com rigor e qualidade, para que sejam cada vez mais capazes de retirarem o melhor de si mesmos e dos seus alunos.

Vamos ter de trabalhar em equipas de docentes criativos e colaborativos que, em conjunto, programam, trabalham em sala de aula, avaliam e acompanham os seus alunos, agora reagrupados com liberdade.

Os professores precisam de saber fazer dos alunos, não dos programas, esses protagonistas centrais do processo de ensino e aprendizagem, precisam de saber gerir o currículo com mais flexibilidade e construir projetos de ensino e aprendizagem (AbP) e aulas mais motivadoras, precisam de saber usar e aplicar novos recursos tecnológicos na sala de aula, permanecerem ligados a quem os inspire e motive, permanentemente, em redes de entreaajuda, necessitam de aprender sempre e saber acumular saber profissional, com os colegas, de perto e de longe.

Não é fácil, com um corpo docente tão envelhecido e tão desgastado seja com o pouco incentivo profissional, seja com a pouca valorização política e social. Estamos diante de um enorme desafio, que não será fácil vencer, mas temos de contar, de início, pelo menos, com os 30% mais disponíveis para percorrer um novo caminho.

x. Famílias e escolas, um novo pacto

Acredito que vai ser preciso conferir às famílias um muito maior protagonismo na educação escolar dos seus filhos; ainda não estamos conscientes de que a educação se tornou uma tarefa muito mais

complexa e exigente, para pais e para professores, e que este novo tempo requer novas alianças entre as famílias e as escolas, entre todos os educadores.

Como o fazer, como estarmos do mesmo lado, não mais em competição, mas em cooperação na missão de educar, nestes tempos tão conturbados? Como é que as escolas podem repensar-se institucionalmente para acomodar este novo desafio? Não sei, mas o caminho a fazermos não pode recusar esta nova realidade: estamos todos com medo, todos incapazes, quase todos esperançados e quase todos desejosos de cooperação. Mas, indecisos quanto aos passos concretos a dar, o melhor é mesmo começar de novo!

Relançar o ensino profissional, sustentado em novas redes de cooperação

É evidente que se houvesse, entre nós, real autonomia e liberdade de aprender e de ensinar, tudo seria mais fácil. Mas esse tem de ser o horizonte da nossa responsabilidade social e política. Temos de lutar quotidianamente por mais autonomia e por uma efetiva liberdade, pois só elas nos responsabilizam seriamente. Temos muito a fazer sem que isso nos seja impedido e, em conjunto, podemos trilhar caminhos que ninguém nos impedirá de percorrer.

Convém lembrar sempre que a autonomia é mais uma conquista do que uma benesse que o Estado centralista e burocrático nos dá. E ele nunca dá nada com uma mão que não tire com a outra, pois nunca aceitou descentralizar-se e ser transparente.

Nessa conquista tem faltado da parte das escolas a criação de redes de entreajuda para a inovação. Redes de esperança, redes que só se edificam com sonho, com muito trabalho árduo, com persistência no tempo (a mesma persistência que salvou e relançou o ensino profissional), com muita humildade e coragem.

Não haverá outro caminho para o relançamento do ensino profissional como fonte de esperança e liberdade para os jovens e para os professores. Trinta anos volvidos, é mesmo do relançamento do ensino profissional que é preciso falarmos.

Há trinta anos havia o GETAP e técnicos que percorriam o país a estimular as mudanças e a estruturar redes de cooperação entre escolas. Mas hoje, o GETAP não existe. O que existe e tem de ser ativado, sob pena de não sermos capazes de realizar as mudanças que se impõem, é a capacidade de

estabelecer novas redes de cooperação. Sozinhos, uma escola para cada lado, não vamos conseguir. Estamos a falar da mudança profunda de um modelo escolar com séculos de existência e que seculariza políticos, pais, professores, diretores e até alunos. Mesmo que, em grande medida, não sirva para aquilo que todos dizem que devia servir!

Temos de nos dedicar, hoje, pacientemente, a fortalecer a nossa capacidade para mudar o paradigma educacional. Vai demorar muito tempo e o desafio da sustentabilidade do que fizermos constitui um dos segredos do processo. Temos de dimensionar o nosso trabalho para vinte anos, pois não podemos esperar que antes seja possível realizar esta mudança. E digo vinte anos porque estou seguro de que não vamos perder um só dia desta luta, porque se a hesitação for o sabor dos nossos passos, a missão vai ser bem mais complexa, podendo o modelo de educação escolar vir a ruir estrondosamente e com consequências muito dramáticas.

As máquinas e quem as controla não dorme, um minuto que seja, para dominar cada vez mais o ser humano, nem que seja sob o argumento de que o servem e ajudam, o que, pelo caminho, também não deixa de ser verdade.

E a escola deverá, sobretudo, criar autómatos mais ou menos programados, humanos que qualquer máquina irá controlar, ou seres únicos e capazes de controlar as suas vidas, capazes de construir livre e solidariamente projetos de vida?

O tempo dos heróis acabou, como oportunamente lembrava D. Innerarity³. Só de mãos dadas, num outro pacto social entre escolas-famílias-sociedade, em profunda liberdade e pleno exercício da responsabilidade, com outro modelo institucional de governação escolar, poderemos evitar o isolamento, o ensimesmamento, o fechamento entre iguais, a destruição quer da escola democrática e justa quer das famílias como berço da educação humana integral.

Finalmente, gostava de deixar ficar aqui uma certeza, que poderíamos, se quisermos, guardar bem dentro de nós, para todos os dias a podermos visitar.

Não sabemos, de facto, como vai ser o futuro, não sabemos que emprego e que atividades profissionais irão existir, não sabemos onde nos levará a violência institucionalizada, nem onde nos conduzirá esta demência coletiva que está a tomar o poder em tantos e tão poderosos países do mundo, não sabemos o que será esse tempo “pós-humano” de que alguns pensadores já falam, sim, pouco sabemos do futuro,

³ Por exemplo, em *O futuro e os seus inimigos. Uma defesa da esperança política*, editado em 2011, pela Ed. Teorema.

que nunca foi tão incerto e instável.

Uma coisa podemos e devemos saber, com absoluta consciência interior e com coragem: o que estes jovens não levarem para o futuro nos seus corações não vai estar lá presente, nesse incerto futuro. E se cuidássemos disso?